

O PAPEL DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DE UM ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA EM TEMPOS DE PANDEMIA: ESTUDO DE CASO

Aline Herbstrith Batista¹
Veronice Camargo da Silva²

RESUMO: O presente artigo utilizou como base um estudo de caso realizado na especialização em Atendimento Educacional Especializado, modalidade EAD, na Universidade Federal de Pelotas. O estudo teve como objetivo geral compreender o processo de aprendizagem de um aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA), inserido em uma classe comum do ensino regular. Buscou, ainda, identificar suas vivências pedagógicas no período da pandemia (COVID-19). Este estudo buscou, também, pontuar a importância da presença da família nos processos de aprendizagem, e sua participação em conjunto com a escola e terapeutas que atendem a criança, a fim de que todos trabalhem com a mesma metodologia e os mesmos objetivos, cada um em sua área de conhecimento.

Palavras-chave:

Processo de aprendizagem. Transtorno do Espectro Autista (TEA). Alfabetização. Inclusão escolar.

INTRODUÇÃO

No início de 2020 a pandemia do COVID chegou no Brasil. Em março do referente ano as atividades foram encerrando, as escolas fechando provisoriamente, e o provisório se tornou frequente, durando até 2021. Nas escolas particulares as aulas virtuais foram organizadas rapidamente, e os alunos seguiram tendo aula de forma remota. Realidade essa diferente nas escolas públicas, que em alguns casos adotaram o envio das aulas através de grupos em redes sociais e aplicativos de comunicação; em alguns casos onde a família não tem acesso à internet, a escola imprime e a família retira na escola o material. Nessa loucura, todos precisaram se reinventar e adaptar-se à nova realidade, professores, gestores, alunos e suas famílias. Em um curto espaço de tempo, sem qualquer planejamento prévio, as famílias passaram a incluir em suas vidas rotinas de escola, alternativas para os filhos estudarem em casa, busca por recursos pedagógicos. Se essa mudança

¹ Autora. E-mail: alinehb.ufpel@gmail.com

² Orientadora do artigo e coautora. E-mail: veronice-silva@uergs.edu.br

prejudicou os alunos típicos, imagina como foi para os alunos com alguma deficiência. No caso dos alunos com Transtorno do Espectro Autista, que em sua maioria tem problemas com as mudanças de rotina, falta de previsibilidade e outras questões que são característica do TEA, a pandemia veio de forma drástica, pois muitos desses alunos não conseguem acompanhar aulas online, também precisam de adaptação das atividades escolares, entre outras peculiaridades de cada criança.

Com esse tempo de atividades remotas desenvolvidas com o aluno, foi possível entender sua forma de aprendizagem, estratégias a serem utilizadas para seu melhor entendimento, materiais que despertam seu interesse, jogos pedagógicos no computador e tablet, antes utilizados somente para assistir vídeos, e com todas essas observações foi possível traçar metas a serem trabalhadas com o aluno, em consonância com o conteúdo da escola. Parte essencial para o desenvolvimento desse trabalho foi o engajamento da família com a escola e os terapeutas da criança, os quais tinham informações do que estava sendo trabalhado e como as intervenções eram feitas.

Partindo desse cenário, através da leitura de materiais apresentados nas disciplinas da especialização e conhecimento do aluno, foi possível compreender seu processo de aprendizagem e colocar em prática as atividades, iniciando em casa a adaptação das atividades pedagógicas enviadas pela escola para ele, apresentando o mesmo conteúdo trabalhado com os demais alunos de uma forma que desperte o interesse do aluno. Foram contempladas atividades de pré-alfabetização, alfabeto e sons das letras, encontros vocálicos, segmentação de palavras, classificação de palavras por número de sílabas, artigo masculino e feminino, sequência numérica, antecessor e sucessor, adição e subtração, formas geométricas, ciências: vida e evolução, características dos animais (quanto a ambiente em que vivem, o que comem, etc) e mais outros temas retirados da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de acordo com os conteúdos da série em que o aluno está matriculado.

O aluno em estudo, apresenta diagnóstico neurológico médico de Transtorno do Espectro Autista – TEA (CID 10 F 84.0) e o fonoaudiólogo é de Transtorno de Linguagem, com déficit nos níveis semântico-lexical, morfosintático e pragmático, como parte de Transtorno do Espectro Autista com comprometimento Transtorno dos sons da fala.

CONHECENDO O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno de neurodesenvolvimento que afeta as áreas de interação social, comunicação e comportamento do indivíduo. Começa a se manifestar nos primeiros três anos de vida, e ainda não se tem certeza sobre a sua causa, porém a maioria dos casos referem-se às causas genéticas

Há evidências convincentes de que o autismo é uma desordem hereditária. Vários estudos realizados com gêmeos mostraram que a concordância do diagnóstico é bastante elevada, assim como existe um risco aumentado de recorrência de autismo em famílias nas quais já existe uma criança autista. (HALPERN, 2015, p.456)

Antigamente existiam nomenclaturas de autismo leve, moderado e severo. Hoje, esses termos não são mais usados e o TEA é dividido em níveis: no nível 1, são os casos que precisam de menos suporte e pouca intervenção terapêutica, precisam de pouco apoio para serem funcionais; o nível 2 são pessoas que precisam de um pouco mais de suporte e de intervenção terapêutica, têm elevado déficit de interação social e apresentam dificuldade quanto ao relacionamento adequado com as pessoas, mesmo com medicação; no nível 3, é quando as pessoas com TEA precisam de suporte intenso, seus sintomas apresentam maior gravidade e, mesmo fazendo muitas terapias, os comportamentos são restritos e repetitivos, interferindo em sua vida.

Para fins de direito, foi criada a Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012, conhecida como Lei Berenice Piana, que institui a política nacional de proteção dos direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Em seu primeiro artigo, §1, traz a definição sobre o Transtorno do Espectro Autista:

§ 1º Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I ou II:

I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

§ 2º A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais. (BRASIL, 2012).

É importante ter em mente que no TEA existem muitas janelas de oportunidade pelas quais se tem o momento mais oportuno para a devida intervenção. Logo, quanto mais cedo a criança tiver o diagnóstico, mais oportunidades ele terá de evoluir. As pessoas precisam desmistificar o autismo, tendo em vista que um indivíduo com TEA nem sempre é o que mostra na mídia, geralmente, apontado como gênio ou autista severo; o espectro é muito amplo, existem diversos tipos de autistas, todos com o mesmo CID, mas nenhum igual ao outro.

O PROCESSO DE APRENDIZAGEM

Existem estilos diferentes de aprendizagem. Alguns aprendem melhor com o visual, preferem atividades diretas e ilustradas, outros preferem ouvir e têm facilidade para instruções e respostas orais e, ainda, há os que aprendem por meio de atividade física, precisam estar em constante movimento, gostam de explorar e ver como as coisas funcionam.

A aprendizagem é um processo interativo no qual se experimenta, buscam-se soluções: a informação é importante, porém mais importante ainda é a forma pela qual ela é apresentada e a função que desempenha a experiência da pessoa que aprende (CARRERA, 2014, p.87).

O aluno do estudo de caso é um menino observador, que responde bem às tarefas propostas de forma clara e objetiva, necessitando de suportes, principalmente, para a realização das tarefas pedagógicas e conceitos mais abstratos. Às vezes apresenta resistência diante das atividades, seja pela demanda que, por vezes, não compreende se não for realizada uma decomposição da tarefa com previsibilidade do processo, também se não tiver algo que chame sua atenção na atividade. Sendo assim, acrescenta-se a grande importância da motivação para que a aprendizagem seja consolidada e armazenada em sua memória, gerada por

sua interação com o meio e não somente em tarefas isoladas. Apresenta questões sensoriais (hipossensorial), desconcentra-se rapidamente, necessitando de suporte do parceiro de comunicação, informações multissensoriais durante a manipulação dos materiais com recursos concretos e recursos visuais que auxiliarão nessa previsibilidade necessária através de quadro de rotina.

Ao fazer o acompanhamento escolar do aluno percebeu-se o quanto a motivação foi importante para a sua aprendizagem, tanto a sua motivação quanto a do professor. Um professor desmotivado para ensinar acaba se tornando um processo “pesado” para todos. A motivação gera atenção, interesse, troca de ideias e atividades mais produtivas, fazendo com que o indivíduo se sinta parte do grupo. O projeto ou plano de ensino deve ser construído pensando naquela criança, pois ela é única. Importa, também, atentar para os seguintes aspectos: conteúdos, estratégias de ensino, continuidade dos conteúdos e a socialização.

Juntamente com as tarefas da escola foram trabalhados: a compreensão de vocabulários, flexibilidade cognitiva, feedback estratégico, ensino de mudança de planos, resoluções de problemas, situações voltadas para aprendizagem de quais contextos e para quais propósitos estamos referenciando.

O conhecimento das peculiaridades –que envolvem o modo como as pessoas com autismo aprendem- é essencial para que os professores possam planejar práticas pedagógicas que permitam o acesso pleno desses alunos ao currículo escolar. Uma abordagem especialmente relevante neste sentido é o Desenho Universal para Aprendizagem. (BORGES; SCHMIDT, 2021, p.31)

É preciso ter em mente que todos são capazes de aprender, cada um ao seu modo, por isso, torna-se tão importante a entrevista e as trocas com a família, além dos terapeutas, pois auxilia na escolha das atividades possíveis para a criança no momento e, ainda, a substituição das atividades de acordo com sua evolução. Conhecer seus interesses, formas que melhor aprende, também são fundamentos nesse processo. No caso em estudo, o aluno é muito visual, os materiais para ele têm que ser bem ilustrados e coloridos, com poucas informações por página e essa informação é primordial para que os professores tenham sucesso no seu processo de aprendizagem. Esse caso vai ao encontro do que diz Brites (2019, p.152), “via de regra, os autistas têm maior capacidade de memorização e aprendizagem quando se usam caminhos visuais planos, apoio em elementos concretos e por meio de aprendizagem sem erros”.

Acredita-se terem alguns itens que são fundamentais para a adequada inclusão escolar e a garantia dos direitos do aluno, a saber: apresentação de recursos interessantes para o ensino de novas atividades, ensino de comportamentos funcionais, estímulo às formas funcionais de comunicação, manejo aos comportamentos inadequados, estabelecimento de previsibilidade através de rotinas visuais, adaptação de materiais para o aluno, focando no interesse de cada aluno para acrescentar itens na atividade, identificação de distratores na sala e retirada dos mesmos, ter reforçadores a serem utilizados na realização das tarefas, e, o mais importante de todos os itens, é fundamental ter o Plano Educacional Individualizado (PEI), realizado em conjunto da escola com os terapeutas da criança e a família.

É muito importante o trabalho em equipe para o desenvolvimento da criança. É ela que traça metas, trabalha em conjunto e pode, assim, aplicar os conhecimentos aprendidos em todos esses ambientes.

O PAPEL DA FAMÍLIA

O processo de inclusão escolar vai muito além de somente matricular o aluno e “garantir sua vaga”. Muitas escolas se dizem inclusivas porque aceitam alunos com as mais diversas deficiências, mas não adianta apenas aceitar a matrícula do aluno e não dar a ele condições de aprendizagem de acordo com suas singularidades. A legislação sobre a inclusão escolar no Brasil é muito ampla e bonita no papel, mas na prática, são os pais que vivem na luta pela garantia de um pouco de dignidade e respeito para seus filhos na escola.

Matricular simplesmente uma criança com deficiência em uma escola regular sem dúvida é um passo muito importante. Mas só isso não é suficiente. Educação inclusiva pressupõe que todas as crianças tenham a mesma oportunidade de acesso, de permanência e de aproveitamento na escola, independentemente de qualquer característica peculiar que apresente ou não. Dessa forma, é fundamental que as crianças com deficiência tenham todo o apoio de que precisam, como acesso físico, equipamentos para locomoção, comunicação (tecnologia assistiva) ou outros tipos de suporte. É importante também que a prática da educação inclusiva envolva não só o professor, como a família e toda a comunidade escolar (BARRETO, 2014, p.68).

Para uma intervenção com sucesso é muito importante o engajamento das equipes que atendem a criança, sempre incluindo a família. Não adianta a criança fazer um monte de terapias de portas fechadas, em que os pais levam as crianças

e, enquanto ela fica na terapia, vão dar uma volta ou aproveitar o tempo para fazer outras coisas. É primordial a participação da família nos atendimentos, sabendo o que está sendo ensinado ao seu filho para poder dar continuidade em casa, e também a participação nas reuniões entre os terapeutas e a escola.

Graças a esses conhecimentos adquiridos nesses anos de atendimentos do aluno, pude, com orientação dos terapeutas, fazer muitas atividades e adaptações de materiais em casa durante a pandemia, tendo ele muitos aprendizados nesse período. Claro que em casa tem muito menos distratores, ele está na zona de conforto.

Quando os pais são estimulados a se envolver nas intervenções de seus filhos e participar ativamente como membros da equipe, tais intervenções resultam em melhoras no indivíduo e acabam por afetar os pais, que se tornam fundamentais para o trabalho com as crianças com TEA, enquanto recebem treinamento e suporte técnico durante todo o tratamento. (KUPERSTEIN; BIAZUS; PIRES, 2018, p.54).

O período de estudos em casa foi muito proveitoso para o filho, pois ninguém melhor do que a família para saber as peculiaridades da criança e as formas adequadas de intervenção. Com ralação ao aluno em estudo, as adaptações realizadas nos conteúdos foram muito importantes. Foram feitas da seguinte forma: por exemplo, na atividade com as vogais que o aluno tem dificuldade para a escrita, ao invés dele ter que escrever em uma folha a letra inicial das palavras, foi realizada uma atividade plastificada contendo a imagem e três alternativas. O aluno precisou mostrar qual era a vogal inicial do nome da figura, seja apenas apontando, marcando com a caneta ou através de alfabeto móvel. Atividades de matemática (adição e subtração) também foram adaptadas para atividades plastificadas contendo figuras e personagens de interesse da criança, onde ele deve realizar as operações e colocar o resultado com números móveis ou utilizar outros materiais concretos para a resolução. Em ciências, atividades sobre animais são muito prazerosas para o aluno: atividades de animais e seus *habitats*, por exemplo, foram feitas pranchas plastificadas e com velcro, com figuras de água, fazenda e selva e alguns animais correspondentes para o aluno colocar no ambiente correto.

O estudo de caso foi realizado baseado nos conteúdos enviados pela escola e adaptados em casa pela família do aluno. Foi executado no ano de 2020, quando teve início o ensino remoto devido à pandemia de COVID-19. Como a professora

do Atendimento Educacional Especializado era nova no cargo e a professora titular da turma ficou menos de um mês com o aluno em sala de aula, foi desafiador adaptar os conteúdos da escola antes de enviar para o aluno. Várias atividades foram enviadas fora de contexto do que estava sendo trabalhado com a turma do aluno, fato esse que desafiou a família a mostrar que é possível realizar atividades adaptadas para o aluno com a mesma temática do que os demais colegas estavam estudando.

CONCLUSÃO

Após essa vivência de educação em tempos de pandemia, observando os materiais que foram enviados pela professora titular da turma em que, praticamente, todos tiveram que passar por adaptações para que o aluno pudesse realizar as atividades; ainda, um momento que vivido num processo de transição da integração para a inclusão, constata-se que ainda tem muita coisa para se adequar, muita legislação a ser realmente cumprida. Algumas instituições já conseguiram alcançar alguns objetivos mais próximos da verdadeira inclusão, onde a escola deve se adaptar para receber o aluno e não, o inverso. Hoje já vemos professores capacitados para trabalhar com crianças com alguma deficiência, mas infelizmente, ainda existe aquela turma que diz que não está preparada ou, ainda, diz não conseguir trabalhar com o aluno, sendo inflexível na sua forma de ensinar.

Existem vários aspectos que devem ser levados em consideração para que um local seja realmente inclusivo e acessível e, esses aspectos, referem-se à acessibilidade atitudinal, acessibilidade arquitetônica, que é a adequação do espaço físico, acessibilidade metodológica (referente a metodologias de ensino e adaptações acadêmicas necessárias), acessibilidade instrumental e programática.

Todas as formas de acessibilidade são importantes, no entanto, alguns merecem destaques e que precisam ser trabalhadas nas escolas, como a acessibilidade atitudinal, pois muitos servidores e professores tem aquela visão clássica de “coitadinho” para as crianças com alguma deficiência. Por causa dessa falta de conhecimento acabam deixando as crianças na sua zona de conforto, sendo que muitos têm capacidade de realizar atividades maravilhosas na escola, desde que se tenha uma condução adequada e alguém que entenda sua forma

diferenciada de aprender e o oriente. Pensando no contexto da escola, destaca-se, ainda, como muito importante a acessibilidade metodológica, que trata da adaptação curricular, elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI), que como o próprio nome já diz, é individual por aluno, pois dentro do espectro, por exemplo, todos têm o mesmo CID, porém todos são diferentes entre si, reagem e aprendem de forma diferente. É de extrema importância a capacitação de todos os servidores das escolas e também oferta de formação continuada.

O apoio do profissional do Atendimento Educacional Especializado (AEE), portanto, é essencial tanto para os alunos como para os professores titulares das turmas, não só na adaptação de materiais, mas também, no que se refere à mediação das relações entre escola, família e equipe externa de profissionais que atendem a criança, tais como psicólogo, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, dentre outros que se fizerem necessários.

É importante levar em consideração na escola o Desenho Universal da Aprendizagem (DUA). A partir dos princípios básicos relacionados ao DUA, é possível perceber o quão mais satisfatório seria para todos os alunos se as escolas utilizassem essa forma de ensino, deixando para trás alguns métodos ultrapassados que já não cabem mais para esse momento. A diversidade na forma de apresentar os conteúdos beneficia a todos os alunos, e não somente aos alunos que tem alguma dificuldade de aprendizagem.

Por fim, é válido reforçar a importância de os gestores escolares refletirem e colocarem em prática as adaptações curriculares com relação aos alunos com deficiência, levando em conta suas individualidades, pois essas adaptações tendem a facilitar o processo de aprendizagem do aluno, seja no ensino remoto ou presencial.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Maria Angela de Oliveira Champion; BARRETO, Flavia de Oliveira Champion. **Educação inclusiva: contexto social e histórico, análise das deficiências e uso das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem.** São Paulo: Érica, 2014.

BORGES, Adriana Araújo Pereira; SCHMIDT, Carlo. Desenho Universal para Aprendizagem: uma abordagem para alunos com autismo em sala de aula. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v.22, n.66, p.28-39, jul./set. 2021. DOI: 10.12957/teias.2021.57044. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/57044/38785>. Acesso em: 13 nov. 2021.

BRASIL. **Lei n.12764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília: Presidência da República, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 02 nov. 2021.

BRITES, Luciana; BRITES, Clay. **Mentes únicas.** São Paulo: Editora Gente, 2019.

CARRERA, Gabriela (coord.). **Transtornos de aprendizagem e autismo.** São Paulo: Cultural, 2014.

HALPERN, Ricardo. Transtorno do espectro autista. In: HALPERN, Ricardo (ed.). **Manual de pediatria do desenvolvimento e comportamento.** Barueri: Manole, 2015. (p.455 – 470).

KUPERSTEIN, Adriana Latosinski; BIAZUS, Fabiane de C.; PIRES, Luciana C. Viecellis S. A família como parte importante da equipe: do diagnóstico à intervenção precoce da criança com transtorno do espectro autista. In: ROTTA, Newra Tellechea. **Plasticidade cerebral e aprendizagem: abordagem multidisciplinar.** Porto Alegre: Artmed, 2018. p.41-55.

REZENDE, Laila Francielly; SOUZA, Calixto Júnior de. O trabalho pedagógico e a inclusão escolar para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). **Research, Society and Development**, v.10, n.13, p.1-9, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i13.21486. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/21486/19103>. Acesso em: 13 nov. 2021.